

## OAK Holding S.A.

CNPJ/MF nº 37.863.454/0001-04

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Balancos Patrimoniais			
		Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	Nota	2025	2024	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	6	26.768	49.378	68.799	72.788
Aplicações financeiras - restrita	7	-	-	-	67.073
Contas a receber de clientes	8	-	-	85.737	131.802
Adiantamentos a fornecedores	10	105	50	8.192	10.248
Impostos a recuperar	11	1.219	1.236	8.627	2.862
Estoques	9	-	-	45.071	30.416
Outros ativos	19	11.649	4.529	14.200	4.675
		<b>39.741</b>	<b>55.193</b>	<b>230.626</b>	<b>319.864</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>					
Contas a receber de clientes	8	-	-	31.554	-
Partes relacionadas	12	27.712	176.175	23.273	27.413
Caução de aluguel	-	-	-	10.737	8.315
Outros ativos	11	48	-	2.115	7.632
IR e CS diferidos	30	-	-	-	-
Investimento	13	27.760	176.175	70.961	43.360
Ativos de direito de uso	16	-	-	107.890	71.456
Imobilizado	14	-	-	140.848	85.984
Intangível	15	94	94	131.695	34.471
		<b>395.509</b>	<b>359.407</b>	<b>451.394</b>	<b>235.271</b>
		<b>435.250</b>	<b>414.600</b>	<b>682.020</b>	<b>555.135</b>

		Balancos Patrimoniais			
		Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	Nota	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	17	21.329	38.425	35.501	38.590
Fornecedores	18	300	1.437	11.780	11.801
Obrigações tributárias	19	150	325	6.086	2.673
Imposto de renda e contribuição social a pagar	30	420	433	6.364	7.172
Obrigações trabalhistas e sociais	20	129	257	14.696	3.928
Contas a pagar	-	-	-	1.211	21.512
Participações societárias a pagar	24	-	-	12.811	-
Dividendos a pagar	25	2.620	2.620	2.620	2.620
Passivo de arrendamento	16	-	-	18.642	14.251
Adiantamento de clientes	22	-	-	9.903	1.730
		<b>24.948</b>	<b>57.519</b>	<b>127.104</b>	<b>85.920</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	98.112	97.626	128.736	97.722
Partes relacionadas	12	32.867	3.184	-	440
Reserva de capital	23	-	-	6.088	1.813
Provisão para contingências	21	-	-	50	50
Passivo de arrendamento	16	-	-	96.340	61.237
Obrigações tributárias	19	-	-	1.136	1.525
IR e CS diferidos	30	5.822	5.821	5.822	5.821
		<b>136.801</b>	<b>106.631</b>	<b>238.172</b>	<b>168.608</b>
		<b>161.749</b>	<b>164.150</b>	<b>365.276</b>	<b>254.528</b>

		Balancos Patrimoniais			
		Controladora		Consolidado	
Resultado Líquido	Nota	2025	2024	2025	2024
Resultado Líquido	26	-	-	440.995	264.813
Despesa financeira	27	-	-	(153.873)	(91.691)
Despesas e Receitas Operacionais				<b>287.122</b>	<b>173.122</b>
Despesas administrativas e gerais	28	(17.054)	(5.252)	(288.864)	(153.182)
Despesas tributárias	28	(6)	(928)	(1.570)	(1.570)
Resultado com equivalência patrimonial	13	(29.404)	4.379	(8.156)	-
Outras receitas e despesas, líquidas	28	547	1.096	37	1.237
Outros resultados com investimentos	13	-	(294)	(339)	(294)
Lucro (Prejuízo) Operacional		<b>(45.553)</b>	<b>(81)</b>	<b>(11.128)</b>	<b>19.313</b>
Receita financeira	29	2.726	17.580	5.135	20.324
Despesa financeira	29	(38.272)	(18.946)	(69.752)	(32.118)
Resultado Financeiro		<b>(35.546)</b>	<b>(1.366)</b>	<b>(64.617)</b>	<b>(11.794)</b>
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS		<b>(81.099)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(75.745)</b>	<b>7.519</b>
IR e CS corrente	30	-	-	(11.471)	(10.642)
IR e CS diferido	30	-	-	(1.182)	-
Prejuízo do Exercício		<b>(81.099)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(88.398)</b>	<b>(3.123)</b>
Resultado Líquido do Exercício Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	(81.099)	(1.447)
Acionistas não controladores	-	-	-	(7.299)	(1.676)
				<b>(88.398)</b>	<b>(3.123)</b>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - em R\$				<b>(67,36)</b>	<b>(1,22)</b>

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Oak Holding S.A. ("Companhia"), em conjunto com suas controladas o Grupo ("Grupo"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo - SP, localizada à Rua Augusta, 2840 - São Paulo - SP. O Grupo tem como atividades:

		Balancos Patrimoniais			
		Controladora		Consolidado	
Resultado Líquido	Nota	2025	2024	2025	2024
Resultado Líquido	26	-	-	440.995	264.813
Despesa financeira	27	-	-	(153.873)	(91.691)
Despesas e Receitas Operacionais				<b>287.122</b>	<b>173.122</b>
Despesas administrativas e gerais	28	(17.054)	(5.252)	(288.864)	(153.182)
Despesas tributárias	28	(6)	(928)	(1.570)	(1.570)
Resultado com equivalência patrimonial	13	(29.404)	4.379	(8.156)	-
Outras receitas e despesas, líquidas	28	547	1.096	37	1.237
Outros resultados com investimentos	13	-	(294)	(339)	(294)
Lucro (Prejuízo) Operacional		<b>(45.553)</b>	<b>(81)</b>	<b>(11.128)</b>	<b>19.313</b>
Receita financeira	29	2.726	17.580	5.135	20.324
Despesa financeira	29	(38.272)	(18.946)	(69.752)	(32.118)
Resultado Financeiro		<b>(35.546)</b>	<b>(1.366)</b>	<b>(64.617)</b>	<b>(11.794)</b>
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS		<b>(81.099)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(75.745)</b>	<b>7.519</b>
IR e CS corrente	30	-	-	(11.471)	(10.642)
IR e CS diferido	30	-	-	(1.182)	-
Prejuízo do Exercício		<b>(81.099)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(88.398)</b>	<b>(3.123)</b>
Resultado Líquido do Exercício Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	(81.099)	(1.447)
Acionistas não controladores	-	-	-	(7.299)	(1.676)
				<b>(88.398)</b>	<b>(3.123)</b>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - em R\$				<b>(67,36)</b>	<b>(1,22)</b>

(i) o desenvolvimento e a exploração de lojas com a marca "Oakberry"; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte às lojas que operem sobre franquias; (iii) a fabricação, o comércio, importação e exportação de produtos relacionados às atividades acima referidas; e (iv) a participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades acima, como sócia, quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuia 982 unidades (815 unidades em 2024). Do total de lojas, 373 unidades estão localizadas no Brasil (sendo 313 unidades franqueadas e 42 unidades próprias) e 609 unidades estão localizadas no exterior (Américas - exceto Brasil, Europa, Ásia, África e Oceania). As sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

Entidade	2025		2024	
	Constituição	Localidade	Controle	% de participação
Golden Oak Franchising Ltda.	02/05/2017	Brasil	Direto	100,00%
Oak Operations Ltda.	16/09/2020	Brasil	Direto	100,00%
Oak Supply Ltda.	30/09/2021	Brasil	Direto	100,00%
Flor de Açai Indústria e Comércio de Polpas de Fruta Ltda.	19/09/2012	Brasil	Indireto	100,00%
Southern Europe S.A.	03/12/2024	Portugal	Direto	51,00%
Oakberry Açai Inc.	09/04/2016	Estados Unidos	Direto	100,00%
Oakberry JV LLC	14/12/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry JV California LLC	14/12/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Encino LLC	31/01/2024	Estados Unidos	-	Indireto
Oakberry Montana SM LLC	27/06/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oak 1 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	-	Indireto
Oak 2 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oak 3 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oak 4 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Coffe 1 LLC	18/01/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Pacific Beach LLC	31/01/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Silver Lake LLC	01/05/2023	Estados Unidos	-	Indireto
Oakberry JV Triller LLC	01/11/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Surfside LLC	09/08/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Midwest East LLC	01/09/2023	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry South Beach LLC	19/10/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry USA Corporate Stores LLC	30/08/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry FTX LLC	27/07/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Meridian LLC	27/07/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry BCC LLC	22/11/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry UES LLC	22/09/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Spring Street LLC	10/10/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Penn Plaza LLC	10/11/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Lexington LLC	10/11/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry USA LLC	02/04/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry USA Ad Fund LLC	30/08/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Huntington Beach LLC	09/11/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry West Hollywood LLC	10/10/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Abbot Kinney LLC	17/10/2022	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Hollywood LLC	30/04/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Larchmont LLC	31/05/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Culver City LLC	30/07/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Sherman Oaks LLC	31/10/2024	Estados Unidos	-	Indireto
Oakberry Hillcrest LLC	30/04/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Belmont Shore LLC	28/02/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Carlsbad LLC	08/23/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Manhattan Beach LLC	28/02/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Oceanside LLC	Não operacional	Estados Unidos	-	Indireto
Oakberry San Pedro LLC	Não operacional	Estados Unidos	-	Indireto
Oakberry Studio City LLC	Não operacional	Estados Unidos	-	Indireto
Oakberry Mimoso LLC	01/06/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Lower East Side LLC	24/04/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Astoria LLC	01/06/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Downtown Brooklyn LLC	05/09/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Events LLC	10/07/2024	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry South Miami LLC	22/04/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Miracle Mile LLC	Não operacional	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Europa SL	22/10/2021	Espanha	Indireto	100,00%
Oakberry Australia Pty Ltd	01/01/2025	Austrália	Direto	100,00%
Oakberry Livingston Street LLC	24/07/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Doral LLC	22/05/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry San Clemente LLC	31/05/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Mission Viejo LLC	01/01/2025	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Key Biscayne LLC	Não operacional	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Mission Valley LLC	Não operacional	Estados Unidos	Indireto	100,00%
Oakberry Acai Roma S.R.L.	14/07/2025	Itália	Indireto	100,00%
Oakberry Master Itália S.R.L.	14/04/2025	Itália	Indireto	100,00%
Oakberry Açai Master Portugal, Unipessoal LDA	08/05/2025	Portugal	Indireto	100,00%
Oakberry Açai Lusitânia, Unipessoal LDA	04/06/2025	Portugal	Indireto	100,00%
Oakberry Açai Lisboa, Unipessoal LDA	04/06/2025	Portugal	Indireto	100,00%
Oakberry Açai Litoral, Unipessoal LDA	15/09/2025	Portugal	Indireto	100,00%
Oakberry Açai Master Espanha SL	13/03/2025	Espanha	Indireto	100,00%
Oakberry Açai Madrid SL	04/03/2025	Espanha	Indireto	100,00%
Oakberry Hispalense SL	19/03/2025	Espanha	Indireto	100,00%
Oakberry Açai Levante SL	11/04/2025	Espanha	Indireto	100,00%
Oakberry Barcelona SL	11/04/2025	Espanha	Indireto	100,00%

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 31 de maio de 2026. 1.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: a) Ajustes relativos a exercícios anteriores reconhecidos em 2025: No exercício de 2025, a Companhia procedeu ao registro de determinados ajustes relacionados a exercícios anteriores, os quais não são materiais para fins de representação das demonstrações financeiras dos respectivos exercícios. Os referidos ajustes foram registrados, enquadrando-se nas disposições previstas no CPC 23. Em 2025, a Administração optou por efetuar o registro contábil desses ajustes, refletindo-os nos saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2025, com efeitos correspondentes na rubrica de "Lucros (prejuízos) acumulados", no patrimônio líquido. A Administração avaliou os efeitos quantitativos e qualitativos desses ajustes e concluiu que, individualmente e em conjunto, eles não são materiais para a compreensão das demonstrações financeiras comparativas anteriormente emitidas, razão pela qual não foi efetuada a representação das cifras comparativas. b) Aquisição de direitos de exploração e expansão territorial na Austrália: Durante o exercício de 2025, a Companhia, por meio da Oakberry Australia, concluiu a aquisição do negócio relacionado à exploração da marca Oakberry no território australiano junto à RFP Master Pty Ltd. A transação foi estruturada como aquisição de ativos ("asset deal"), contemplando os direitos econômicos e operacionais relacionados à exploração da marca e da rede de franquias na Austrália.

Adicionalmente, a Administração concluiu que a maior parte substancial do valor justo da transação encontra-se concentrada em um único grupo de ativos identificáveis relacionados aos direitos de exploração territorial da marca Oakberry. Dessa forma, a operação foi contabilmente classificada como aquisição de ativos ("asset acquisition"). O racional estratégico da aquisição está associado à expectativa de geração futura de resultados decorrentes da exploração territorial da marca, expansão da rede de franquias, captura de royalties e fortalecimento da presença operacional do Grupo no território. A contraprestação total da aquisição foi de R\$ 46.208, composta por: (i) pagamento em caixa no montante R\$ 10.663, R\$ 3.554 pagos na data da transação e R\$ 7.109 a serem liquidados em parcelas mensais de R\$ 889; e (ii) assunção de dívida do vendedor junto ao Grupo Oakberry no montante de R\$ 35.545. Após a alocação dos ativos tangíveis identificáveis e dos passivos assumidos, o montante residual de R\$ 44.543 foi atribuído ao ativo intangível relacionado ao direito de exploração econômica da marca Oakberry

★ continuação

medidas, tampouco dependência relevante de insumos sujeitos às novas tarifas. Adicionalmente, não foram identificados impactos indiretos significativos decorrentes de alterações nos fluxos comerciais globais, tais como mudanças relevantes na demanda, nos preços ou na competitividade de seus produtos. Dessa forma, a Administração entende que não houve impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício de 2025. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" ("IFRS" *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRIC Interpretations") ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* ("SIC" Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e que, no caso de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e exercício de julgamento por parte da Administração no processo de provisão para perda de crédito esperada para contas a receber; definição de vida útil do ativo intangível; e premissas para realização do teste *impairment*; e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**3.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle. O controle é obtido quando uma determinada empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas estão demonstradas na Nota 1. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. As controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, no qual o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do exercício, gerados pelas investidas. A participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício das investidas é reconhecida no lucro ou prejuízo do exercício. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil dos investimentos também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes das investidas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. **(b) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **(c) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Despesas Financeiras". **3.2. Instrumentos financeiros:** Conforme CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a) custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas contábeis são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • os seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros do Grupo são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), contas a receber de clientes (Nota 8), partes relacionadas (Nota 12), todos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado trimestralmente para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido o Grupo sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto em nível individualizado como em nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente, quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas e as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é reconhecida e registrada no resultado. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros do Grupo estão substancialmente representados por empréstimos e financiamentos (Nota 17), fornecedores (Nota 18), partes relacionadas (Nota 12), outras participações societárias a pagar (Nota 24) e arrendamento operacional (Nota 16), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. **3.3. Combinação de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da

adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.5. Contas a receber:** Os saldos das contas a receber apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão líquidos de eventuais abatimentos a serem pagos, quando aplicável. Considerando a natureza das operações do Grupo, e que o saldo a receber é substancialmente relacionado com taxas de franquia e royalties, a exposição ao risco de crédito é baixa, e as análises sobre a provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa são efetuadas anualmente. **Redução ao valor recuperável do contas a receber:** A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é feita com base na análise de todas as quantias a receber existentes no último dia do mês. A PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis, a Administração considera o risco de inadimplência baixo. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes. A Administração entende que devido às particularidades que envolvem o negócio, tais como, preparação da estrutura local para master franqueado e curva da maturação das lojas para os franqueados, os títulos vendidos até 30 meses da sua emissão são passíveis de recebimento e cobrança por parte do Grupo. **3.6. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, o qual não excede o valor realizável líquido, incluindo as provisões para cobrir as eventuais perdas. As provisões para perda com estoques obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. As importações em andamento e os adiantamentos a fornecedores são demonstrados ao custo acumulado de cada importação/adiantamento. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e das despesas de vendas. **3.7. Imobilizáveis:** Veículos, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Veículos: de 5 a 7 anos; • Máquinas e equipamentos: de 5 a 15 anos; • Equipamentos de informática e móveis e utensílios: de 5 a 10 anos; • Instalações: 10 anos; • Benefícios em imóveis de terceiros: 10 anos. Um item de imobilizado é baseado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **3.8. Ativos intangíveis: (a) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos em atividades de pesquisa, realizados internamente com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Atividades de pesquisa quando realizadas com terceiros e desenvolvimento, envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o produto ou ativo. Os gastos capitalizados incluem os custos que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. A Nota 15 apresenta o descritivo dos projetos atuais do Grupo e respectivas estimativas de conclusão. **(b) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado da vida útil estimada dos itens, líquidos de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado no período. As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

Descrição	Vida útil em anos
Software	03 a 05
Fórmula produto	04
Reconstrução do plano estratégico	04
Direito de exploração e expansão territorial	05
Pontos comerciais	05

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **(c) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida; do valor da participação de não controladores na adquirida; e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo do ativo líquido da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(d) Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. As perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração do Grupo não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em seu último balanço de balanço encerrado para a data-base 31 de dezembro de 2025. **3.9. Direito de uso e passivos de arrendamento:** O CPC 06 (R2) exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos em seus balanços patrimoniais como passivos, com os correspondentes ativos de "direito de uso". Para fins de reconhecimento da demonstração do resultado, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro ou operacional. A Companhia avaliou seu contrato e contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia arrenda os imóveis de suas lojas próprias e do escritório corporativo, além de possuir contrato de arrendamento dos imóveis instalados no escritório corporativo, tais aqueles são negociados individualmente e possuem diversos termos e condições. Como arrendatária, a Companhia, ao determinar o prazo exequível do arrendamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou criem desincentivos econômicos para não exercer a opção de rescisão antecipada. **a) Direito de uso de ativos:** Os arrendamentos são reconhecidos como um direito de uso do bem e um correspondente passivo na data em que o bem arrendado se torna disponível para a Companhia. O direito de usar o ativo é mensurado ao custo que consiste em: • Valor inicialmente mensurado do passivo de arrendamento; • Qualquer pagamento efetuado até o início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido; • Qualquer custo direto inicial; e • Custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado linearmente desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso do arrendamento reflete que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada com base na duração do contrato. **b) Passivos de arrendamento:** O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa incremental de empréstimos da Companhia. O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento: • Pagamentos fixos descontando quaisquer incentivos recebidos; • Preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário exercerá tal opção; e • Pagamentos de penalidades por rescisão do arrendamento se os termos contratuais refletirem a opção de exercício do arrendatário. A taxa incremental considerada pela Companhia foi de 12,64% ao ano, tendo sido determinada com base a variação do CDI (10,88%) mais o spread bancário de (1,76%), a partir da reorganização societária, documentada em ata de alteração do contrato de sociedade. **3.10. Demais ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização. **3.11. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **3.12. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os contratos de empréstimos

Financeiras Individuais e Consolidadas da OAK Holding S.A.

possuem cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.13. Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, posteriormente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado ao longo da vigência das debêntures, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os contratos de emissão de debêntures podem conter cláusulas restritivas (*covenants*) com exigências específicas relacionadas a indicadores financeiros, limites de endividamento e outras condições operacionais. O cumprimento dessas cláusulas é monitorado regularmente e não restringe a condução normal das operações, desde que atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou mediante anuência prévia dos detentistas para eventuais descumprimentos. Após o reconhecimento inicial, as debêntures são mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Em caso de emissão de debêntures conversíveis, o componente de passivo é mensurado pelo custo amortizado, enquanto o componente patrimonial não é remensurado após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.14. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.15. Tributos: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios ou seja, na exceção de uma operação que afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensação quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Para as entidades brasileiras o imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (32% sobre a receita bruta de serviços prestados e 8% sobre a receita bruta de venda de produtos) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime de caixa e a receita bruta de produtos e 12% sobre a receita bruta de serviços prestados e 8% sobre a receita bruta de produtos) e sobre as receitas financeiras. Tributos sobre vendas: Despesas e ativos não reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre receitas incorridas não foram recuperáveis às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados com o valor dos impostos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos impostos sobre receitas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **3.16. Capital social:** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante emissão de novas ações, consideradas as ações sob as condições de integralização. **3.17. Reconhecimento da receita de royalties, taxa de franquia e venda de produtos:** A receita é reconhecida no extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas do Grupo consistem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de taxas de franquias e royalties realizadas no curso regular das atividades do Grupo. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **Receita de royalties:** As receitas de royalties são reconhecidas com base em peritório cobrado sobre as vendas efetuadas pelas franqueadas, atualmente, apurado sobre o total do faturamento bruto da unidade franqueada, independente da forma como essa venda será recebida, se à vista ou de forma parcelada, conforme acordo firmado com os franqueados. **Receita de taxa de franquia (Franchise fee):** A receita de taxas de franquia é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia e os custos incorridos na transação possam ser mensurados. Os custos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando os benefícios foram devidamente concedidos aos franqueados, transferindo assim o *know-how* atrelado à marca Oakberry. As receitas são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. Os custos atribuídos às taxas de franquia são apropriadas em duas etapas - receita diferida: • Acompanhamento e estudo tempestivo da volumetria e custo de gestão prestada pela Companhia para cada etapa do processo de venda, instalação, suporte e treinamento dos novos franqueados; • Reconhecimento de 90% do total do montante, celebrado em contrato, no momento da assinatura dos contratos de franquia e apropriação dos 10% restantes de acordo com o prazo de contrato, que varia entre 5 e 10 anos; • Reconhecimento de 100% do total do montante, celebrado em contrato, no momento da assinatura dos contratos de master franqueado. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são reconhecidas no mês em que os serviços são prestados. As receitas diferidas são reconhecidas em conta específica do passivo, assim como os valores decorrentes dos impostos sobre tais montantes. **Receita de venda de produtos:** As receitas da Companhia são provenientes basicamente de vendas de produtos de atacado e varejo tanto para o consumidor final quanto para as lojas franqueadas. As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo da contraprestação recebida ou a receber em bens ou serviços, excluindo impostos sobre venda e líquidos de qualquer benefício concedido a clientes, no momento efetivo da venda, que é substancialmente o momento da obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando são identificadas contas a receber que incorporam juros de períodos futuros, o valor contábil é reduzido para o seu valor recuperável que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **3.18. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como um adiantamento de dividendos no ativo circulante ou passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados para pagamento pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.19. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de repouso. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vender o ativo a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados

não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorrem transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada departamento ou unidade. A Companhia realiza avaliações internas na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. A Companhia determina que técnicas de avaliação e informações são aplicadas em cada caso, utilizando diversas metodologias de avaliação e fontes de informações, conforme as melhores práticas de mercado. Para fins desta análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Administração do Grupo, também com cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. **3.20. Normas, alterações e interpretações das normas: a) Alterações de normas adotadas pelo Grupo:** As seguintes alterações de normas, a partir de 1º de janeiro de 2025 foram integralmente adotadas pelo Grupo, na elaboração destas demonstrações financeiras, todavia, não resultou em impactos significativos nas informações divulgadas. **Alterações ao IAS 21 (CPC 48 R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.** Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Além dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. **b) Normas novas que ainda não estão em vigor:** O IASB emitiu ou revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção posterior ao ano de 2025, e a Empresa não espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impactos significativos em suas demonstrações financeiras. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alterações ao IFRS 9 - CPC 48 e ao IFRS 7 - CPC 40 (R1) - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.** Esclarece aspectos de desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica e classificação de ativo financeiro, tais como: termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo, ativos financeiros com características sem recurso, instrumentos contratualmente vinculados. Além disso traz divulgações sobre investimentos em instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; termos contratuais que podem alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. **Alteração IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeira.** A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros. No que tange às divulgações, o IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. **Melhorias Anuais às IFRS Accounting Standards - Volume 11,** com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, contemplando ajustes pontuais às normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de esclarecer redações e corrigir inconsistências de menor relevância. A Companhia avaliou tais alterações e não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras. **Exemplos Ilustrativos relacionados às normas IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37,** com foco na divulgação dos efeitos de incertezas nas demonstrações financeiras. Tais alterações possuem caráter exclusivamente ilustrativo, não introduzindo novos requerimentos nem alteram as exigências atualmente previstas nas normas aplicáveis e, portanto, não geram impactos ou efeitos de transição para a Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que podem afetar os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, são apresentadas a seguir: Nota 8 - Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber; • Nota 15 - Definição da vida útil do ativo intangível e premissas para realização do teste *impairment*; e • Nota 21 - Mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco, busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. Em 2025 e 2024, a Companhia não utilizou qualquer instrumento financeiro derivativo para se proteger de exposições a esses riscos e os principais passivos financeiros referem-se a empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, passivo de arrendamento e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. O Grupo possui empréstimos, contas a receber de clientes e demais contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de duas operações. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Controladoria e Finanças do Grupo, seguindo as políticas aprovadas pela Diretoria. **a) Risco de Mercado:** Podemos não conseguir inaugurar e operar novas lojas próprias ou ampliar nossas operações em franquias ou sucessoras de lojas. Nossa estratégia de nosso crescimento é por meio da ampliação de nossa rede de lojas franqueadas administradas por terceiros. Podemos não conseguir implementar essa estratégia de crescimento com sucesso em razão de inúmeros fatores, tais como: • A expansão de nossos competidores, o aumento da concorrência por pontos estratégicos de vendas e surgimento de novos concorrentes; • Dificuldade para encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas - próprias e de franquias; • A abertura de novas lojas próprias ou franqueadas poderá não ser concluída ao custo e no momento que consideramos apropriado; e • Dificuldades em contratar, treinar e transmitir a nossa cultura a franqueados qualificados para atender adequadamente seus clientes e outros fatores. A ocorrência de fatores que estejam no controle, tais como os mencionados acima, alterações nas condições macroeconômicas do País e das regiões em que operamos, incluindo problemas políticos e econômico-financeiros, elevação das taxas de juros e inflação, além de alterações na demanda e na preferência dos nossos clientes ou indisponibilidade de locais para a abertura de novas lojas, dentre outros, pode impactar negativamente os nossos resultados futuros e a nossa condição financeira. Se não obtivermos sucesso na abertura de novas lojas próprias e na expansão de nossa rede de lojas franqueadas, nossos negócios, crescimento e presença geográfica poderão ser adversamente impactados. Nossos resultados operacionais dependem significativamente da nossa habilidade de antecipar e reagir a mudanças de preços, bem como da disponibilidade de insumos, ingredientes, força de trabalho, assistência à saúde, e outros custos relacionados sobre os quais podemos ter pouca controle. Devido à natureza específica de extração de nossa principal matéria-prima - o açaí (extraído de maneira sustentável da região amazônica), podemos não conseguir repassar os aumentos nos custos operacionais para nossos clientes, o que pode gerar um efeito negativo para a Companhia. As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade: Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetadas para 2025. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas de juros. **b) Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas indexadas pelos mesmos índices. **Sensibilidade a taxas de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 6 e 7)	26.768	49.370	55.721	118.111
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	119.441	136.051	164.237	136.312

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, CDI médio anual de 14,32% em 31 de dezembro de 2025 (10,88% em 31 de dezembro de 2024): **continua**★

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/06/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

★ continuação

Em 31 de dezembro de 2025:

Exposição patrimonial	Risco	Exposição
Aplicações financeiras (Nota 6)	Variação DI	26.768
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	Variação DI	119.441

Exposição patrimonial

Aplicações financeiras (Nota 6)	Risco	Exposição
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	Variação DI	55.721
	Variação DI	164.237

Em 31 de dezembro de 2024:

Exposição patrimonial	Risco	Exposição
Aplicações financeiras (Nota 6)	Variação DI	49.370
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	Variação DI	136.051

Exposição patrimonial

Aplicações financeiras (Nota 6)	Risco	Exposição
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	Variação DI	136.312
	Variação DI	14.802

c) Risco de câmbio: Sensibilidade a taxas de câmbio: A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Risco	Exposição
Royalties/Franchise Fee	Variação dólar americano	14.746

Em 31 de dezembro de 2024:

Exposição patrimonial	Risco	Exposição
Royalties/Franchise Fee	Variação dólar americano	80.020

d) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para instituições financeiras, incluindo operadoras de cartão de crédito, são aceitos somente títulos de entidades de reputação no mercado financeiro; dessa forma, a administração busca minimizar exposições a risco de crédito. Incorre em risco de crédito, os valores de caixa e equivalentes de caixa, representados por depósitos e aplicações financeiras de curto prazo. Este risco é gerido pela Diretoria de Finanças. A Companhia tem a política de somente manter valores em instituições financeiras de primeira linha, não mantendo investimentos concentrados em qualquer conglomerado financeiro. A Companhia tem estabelecida uma política de crédito na qual avalia o risco de cada cliente ou contraparte não cumprir as obrigações contratuais assumidas. Baseada nessa política, a Companhia provisiona perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, caso ocorra inadimplência de um cliente. e) Risco de liquidez: O risco de liquidez origina-se da falta de recursos no fluxo de caixa para atender às necessidades operacionais. A previsão do fluxo de caixa é efetuada pela área financeira, na Diretoria de Finanças do Grupo. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo, assegurando o valor de caixa suficiente para atender às necessidades do Grupo. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro não descontado do Grupo em 31 de dezembro de 2025:

Exposição patrimonial	Consolidado			
	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	68.799	68.799	-	68.799
Passivos	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 17) (i)	164.237	-	35.501	128.736
	-	-	-	164.237

(i) Inclui circulante e não circulante, líquido dos custos. 5.2. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo financeiro. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos a custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	8	13.078	21.750
Aplicações financeiras - Restrita (Nota 7)	-	-	-	67.073
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	-	117.291	131.802
Partes relacionadas (Nota 12)	27.712	176.175	23.273	27.413
Caução de aluguel	-	-	10.737	8.315
	27.712	176.183	164.379	256.353
Ativos ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras (Nota 6)	26.768	49.370	55.721	51.038
	54.480	225.553	220.100	307.391
	26.768	49.370	55.721	51.038
	26.768	49.378	68.799	72.788
	26.768	49.378	68.799	72.788

Passivos financeiros

Passivos a custo amortizado:	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (Nota 18)	(300)	(1.437)	(11.780)	(11.801)
Empréstimos (Nota 17)	(119.441)	(136.051)	(164.237)	(136.312)
Partes relacionadas (Nota 12)	(32.867)	(3.184)	-	(440)
Contas a pagar	-	(1.211)	(21.512)	(3.155)
Passivo de arrendamento (Nota 16)	(152.608)	(141.883)	(114.982)	(76.220)
	(294.916)	(283.765)	(292.509)	(228.372)

6. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e bancos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras	26.768	49.370	55.721	51.038
	26.768	49.378	68.799	72.788
Circulante	26.768	49.378	68.799	72.788
Não circulante	-	-	-	-

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados em operações compromissadas com remuneração mensal em 89% do CDI, Fundo de investimentos com remuneração mensal entre 97% e 104% do CDI em 2025 (101,5% e 102% em 2024) da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

7. Aplicações financeiras - Restrita:

Controladora	Consolidado	
	2025	2024
2025	2024	2024
67.073	-	-

Conta Escrow  
O saldo de aplicações financeiras é composto por uma aplicação em conta Escrow na empresa Southern Europe S.A., decorrente de acordo comercial entre o Grupo Oakberry e o Fortitude - Portugal Special Situations Fund FCR. A liberação desses recursos está condicionada ao cumprimento de metas de negócio pela Companhia, as quais foram integralmente atingidas, em 2025, sendo os respectivos valores destinados ao impulsionamento das operações pela Companhia.

8. Contas a receber de clientes:

Controladora	Consolidado	
	2025	2024
2025	2024	2024
69.041	53.306	42.232
42.232	44.063	9.315
9.315	17.267	2.430
2.430	9.514	-
(5.727)	12.517	(8.254)
(8.254)	131.802	117.291
117.291	131.802	117.291

A composição do saldo das contas a receber vencidas e a vencer é assim apresentada:

Vencidos:	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
01 - 30 dias	14.303	15.346	14.303	15.346
31 - 60 dias	3.168	8.356	3.168	8.356
61 - 90 dias	3.509	6.103	3.509	6.103
91 - 180 dias	5.834	11.734	5.834	11.734
180 - 365 dias	3.967	6.958	3.967	6.958
Acima de 365 dias	5.868	38.741	5.868	38.741
Venda de mercadorias	752	712	1.184	17.618
Master e Multi unidade	1.184	17.618	3.219	4.265
Royalties	3.219	4.265	713	3.629
Taxa de franquia	713	3.629	-	12.517
Licenciamento de CPG	-	12.517	-	12.517
	123.018	136.667	(5.727)	(4.865)
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(5.727)	(4.865)	-	-
Total	117.291	131.802	117.291	131.802

O saldo a receber é substancialmente relacionado com taxas de franquia, royalties e exclusividade na distribuição de produtos, a exposição ao risco de crédito é baixa, e as análises sobre as provisões de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa são efetuadas de forma individual e considerando a estratégia de longo prazo da Companhia que se caracteriza pela rápida e forte expansão. Conforme política da Companhia, eventuais riscos de liquidação duvidosa estão cobertos pela provisão constituída. Adicionalmente, em 2025 a Companhia classificou a apresentação de determinados saldos de contas a receber em curto e longo prazo. As informações comparativas de 2024 não foram reclassificadas e permanecem conforme anteriormente apresentadas, pois a Administração concluiu que o efeito é imaterial e não altera o total do ativo, o resultado de exercício ou os fluxos de caixa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da OAK Holding S.A.

Controladora

Exposição	Provável	2025		2024	
		I	II	III	IV
50%	25%	-25%	-50%	-50%	-50%
3.833	1.917	958	(958)	(1.917)	(3.833)
17.104	8.552	4.276	(4.276)	(8.552)	(17.104)

Consolidado

Exposição	Provável	2025		2024	
		I	II	III	IV
50%	25%	-25%	-50%	-50%	-50%
7.979	3.990	1.995	(1.995)	(3.990)	(7.979)
23.519	11.760	5.880	(5.880)	(11.760)	(23.519)

Controladora

Exposição	Provável	2025		2024	
		I	II	III	IV
50%	25%	-25%	-50%	-50%	-50%
5.371	2.686	1.343	(1.343)	(2.686)	(5.371)
14.802	7.401	3.701	(3.701)	(7.401)	(14.802)

Consolidado

Exposição	Provável	2025		2024	
		I	II	III	IV
50%	25%	-25%	-50%	-50%	-50%
12.850	6.425	3.213	(3.213)	(6.425)	(12.850)
14.831	7.416	3.708	(3.708)	(7.416)	(14.831)

Consolidado

Taxa de câmbio	Consolidado			
	2025	2024	2025	2024
em 31 de dezembro de 2025	5,024	14,746	7,373	3,687
	(3,687)	(7,373)	-	-
	1,337	7,069	3,687	3,687

Consolidado

Taxa de câmbio	Consolidado			
	2025	2024	2025	2024
em 31 de dezembro de 2024	6,193	80,020	40,010	20,005
	(20,005)	(40,010)	-	-
	13,818	40,010	40,010	20,005

8.1. Movimentação do caixa a receber de clientes, líquido:

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	131.802	77.170
Adições, líquidas de recebimento	10.969	56.832
Baixa efetiva - Master Franquia (i)	(8.159)	-
Baixa efetiva - Licenciamento de CPG (ii)	(7.593)	-
Baixa efetiva - Saldos sem documentação comprobatória (iii)	(8.866)	-
Movimentação PECLD	(862)	(2.200)
Saldo final	117.291	131.802

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou a revisão dos saldos de contas a receber, identificando determinações saldos e registros contábeis que demandam revisão e refinamento dos critérios de reconhecimento, mensuração e recuperabilidade adotados pela Companhia. Como resultado dessa análise, foram registradas baixas no montante total de R\$ 24.618 e sua natureza são assim detalhadas: (i) Contratos de Master Franquia - Revisão do critério temporal de reconhecimento da receita: Contratos de master franquia e multi unidades foram inicialmente registrados na data de assinatura da respectiva Carta de Intenção ou Letter of Intent ("LOI"), gerando direitos a receber nesta data. No contexto do refinamento de suas políticas contábeis e da evolução de suas práticas de reconhecimento de receita, a Companhia passou a adotar entendimento mais conservador quanto ao momento de reconhecimento de determinadas receitas relacionadas a contratos de master franquia e multi unidades, concluindo pelo reconhecimento na data de assinatura do contrato definitivo, momento em que a relação contratual passa a apresentar maior grau de formalização e exigibilidade. Os respectivos valores, anteriormente registrados com base nas práticas então adotadas pela Companhia, totalizaram R\$ 8.159 e foram posteriormente baixados, sem impacto caixa. (ii) Contratos Atípicos de Licenciamento CPG: Em 2022, a Companhia celebrou contratos de licenciamento relacionados à exploração da marca e desenvolvimento de produtos no segmento CPG em determinadas geografias, como parte de sua estratégia de expansão de canais e extensão de marca. A estratégia mostrou-se bem-sucedida em determinados mercados, incluindo Brasil, Portugal, Coreia do Sul e Estados Unidos, ainda que por meio de estruturas comerciais e modelos contratuais posteriormente amadurecidos e adaptados às especificidades de cada região. Em contrapartida, parte das iniciativas originalmente estruturadas não evoluiu conforme esperado, seja em função de mudanças de priorização estratégica dos parceiros locais, descontinuidade dos projetos ou ausência de implementação operacional efetiva das linhas de produto inicialmente previstas. Diante da reduzida expectativa de realização econômica e exigibilidade prática de determinados saldos, a Companhia procedeu, em 2025, à baixa dos valores no montante de R\$ 7.593, em linha com sua política de avaliação periódica da recuperabilidade de ativos. (iii) Saldos sem documentação suporte: Foram identificados saldos históricos para os quais a Companhia não localizou documentação suporte considerada suficiente, segundo os critérios adotados adotados pela Administração para fins de comprovação contábil e avaliação da exigibilidade dos respectivos direitos. Na ausência de documentação comprobatória suficiente, em observância ao princípio da prudência e às disposições do CPC 02 (Estrutura Conceitual), tais saldos foram baixados, totalizando R\$ 8.866. 8.2. Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa: A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é assim demonstrada:

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(4.865)	(2.665)
Adições	(862)	(2.200)
Adições sem impacto no resultado (a)	(6.931)	-
Baixas (a)	6.931	-
Saldo final	(5.727)	(4.865)

A Companhia concentra sua maior exposição ao risco de crédito em títulos com prazo superior a 365 dias. A provisão para devedores duvidosos é constituída em nível considerado adequado para cobrir os riscos dessa carteira, com base em análise contínua da qualidade de crédito, considerando critérios como histórico de recebimento, perfil dos devedores, condições econômicas e outros fatores econômicos que demonstrem algum grau de inadimplência. (a) No contexto da revisão de saldos, considerando que parte desses valores se referem a anos anteriores, foi constituída provisão em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota 1.2 item (a), e posteriormente a reversão de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 6.931. O impacto líquido dessa operação, no montante de R\$ 17.687, foi registrado em contrapartida ao resultado do exercício, na rubrica "Despesas administrativas e gerais", conforme Nota 28.

9. Estoques:

Controladora	Consolidado	
	2025	2024
2025	2024	2024
7.947	3.150	10.451
10.451	5.008	16.574
16.574	17.318	10.099
10.099	4.940	45.071
45.071	30.416	45.071

10. Adiantamento a fornecedores:

Controladora	Consolidado	
	2025	2024
2025	2024	2024
105	50	8.192
105	50	8.192
105	50	8.192

Os adiantamentos a fornecedores são reconhecidos quando da transferência dos valores para projetos, serviços ou outras demandas realizadas por colaboradores externos do Grupo. O adiantamento de matéria-prima refere-se principalmente a compra da polpa de açaí.

11. Outros ativos:

Controladora	Consolidado	
	2025	2024
2025	2024	2024
11.697	4.529	12.704
11.697	4.529	12.704
11.697	4.529	12.704

Despesas antecipadas  
Custos de captação (a)  
Outros ativos  
Adiantamento a empregados  
Deposito judicial

12. Partes relacionadas: 12.1. Contas a receber:

Controladora	Consolidado	
	2025	2024
2025	2024	2024
10.222	2.046	10.222
1.436	1.434	1.204
700	32.955	-
-	111.582	-
8.210	5.931	9.380
-	42.227	-
7.133	-	-
-	2.467	8.625
27.712	176.175	23.273

OAK Supply Ltda.  
Oakberry Açai Inc.  
Flor de Açai Indústria e Comércio de Polpas de Fruta Ltda.  
Golden Oak Franchising Ltda. (b)  
Oakberry Austrália Pty Ltd  
Outras partes relacionadas (b)

(a) Refere-se a transações com os sócios nas condições de mútuos no qual está previsto a devolução dos montantes no prazo entre dois e seis anos. Os mesmos, são reajustados com base na taxa referencial ("TR"). (b) Transações de mútuos entre sociedades no qual tem características de transações de conta corrente entre as empresas ligadas por se tratar de transação com característica de centralização de caixa. Tais contratos e/ou acordos são por tempo indeterminado e são reajustados com base na TR. Estas relações existentes e a forma como são transacionadas possuem a finalidade de proteger os interesses dos acionistas.

12.2. Passivo:

Controladora	Consolidado	
--------------	-------------	--

★ continuação

ao ano. A liquidação ocorre na modalidade **Bullet**, com vencimento em fevereiro de 2026. A operação foi contratada nos termos da Lei nº 4.131/62. b) Cédula de Crédito Bancário ("CCB"): Cédula de Crédito Bancário contratada junto ao Banco ABC Brasil S.A., denominada em dólares, com encargos financeiros atrelados à variação cambial, acrescidos de spreads mensais. A liquidação ocorre de forma parcelada, com pagamentos mensais de juros e principal, e vencimentos finais em novembro de 2028 e novembro de 2029. c) Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC"): Operação de capital de giro contratada junto ao Banco do Brasil, denominada em dólares, com encargos financeiros à taxa de 6,90% ao ano. A liquidação ocorre na modalidade **Bullet**, com vencimento em julho de 2026. d) Financiamentos: Financiamentos contratados junto ao Banco Bradesco e ao Banco de Lage Landen Brasil S.A., denominados em reais, com encargos financeiros à taxa fixa e pós-fixada atrelada ao CDI, acrescida de spread. A liquidação ocorre de forma parcelada, com pagamentos mensais de juros e principal, e vencimentos finais entre 2026 e 2028. e) Debêntures: Em 18 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou a realização da sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real. A emissão foi conduzida sob o rito de registro automático, sem análise prévia, conforme as disposições da Resolução CVM nº 160/2022, e destinou exclusivamente a investidores profissionais. A emissão consistiu em 100.000 (cem mil) debêntures, cada uma com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando um montante de R\$ 100.000. A data de emissão foi estabelecida em 18 de dezembro de 2024, com prazo de vencimento de cinco anos, ou seja, até 18 de dezembro de 2029. As debêntures contarão com remuneração equivalente a 100% da Taxa DI, acrescida de um spread de 1,76% ao ano, considerando uma base de 252 dias úteis. O pagamento dos juros é realizado semestralmente, com a primeira parcela paga em 18 de junho de 2025. Já o saldo do valor nominal unitário será amortizado anualmente a partir de 18 de dezembro de 2027, respeitando um período de carência de dois anos. A emissão conta com garantia fidejussória e garantia real. A garantia fidejussória consiste na fiança concedida pelas empresas Flor de Açai Indústria e Comércio de Polpas de Fruta Ltda. de Açai e Oak Supply Ltda., que se responsabilizam solidariamente pelo cumprimento das obrigações da emissora. Já a garantia real refere-se a cessão fiduciária dos direitos creditórios correspondentes aos recebíveis de franqueados da Flor de Açai Indústria e Comércio de Polpas de Fruta Ltda., que serão depositados em conta vinculada para assegurar o pagamento das debêntures. **Cláusulas restritivas ("covenants")**: A Companhia possui cláusulas restritivas em debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas. Os **covenants** são controlados anualmente pelas instituições financeiras, e mensalmente pela Companhia. Até o momento, não existem incertezas quanto ao seu cumprimento atual. Debêntures: A relação entre a dívida líquida (Nota 17) e o EBITDA ajustado (**covenants**) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,50. Para cálculo do EBITDA ajustado para **covenants** são desconsideradas (a) despesa (ou receita) financeira; (b) provisão para o imposto de renda e contribuições sociais; (c) depreciações e amortizações; (d) perdas (ou lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades Coligadas ou Controladas; (e) despesas com plano de **stock options**; (f) baixas decorrentes de **impairment** de ativos (efeito não caixa). Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se adimplente com este índice resultando em 2,44. No exercício de 2025 e no de 2024, a Companhia cumpriu com todas as obrigações contratuais referente às cláusulas restritivas. **17.2 Movimentação dos saldos:**

Descrição	Controladora				
	2024	Cap-tacção emissão	Juros	Variacão cambial	Paga-mentos
Capital de giro	38.425	59.921	272	(650)	21.204
Debêntures	97.626	166	445	(98.237)	98.237
<b>Total</b>	<b>136.051</b>	<b>59.921</b>	<b>166</b>	<b>(650)</b>	<b>119.441</b>

Descrição	Controladora				
	2023	Cap-tacção emissão	Juros	Paga-mentos	2024
Capital de giro	7.380	22.651	-	8.394	38.425
Certificado de recebimento do agronegócio	50.542	-	(19)	5.399	(55.922)
Debêntures	-	100.000	(2.468)	94	97.626
<b>Total</b>	<b>57.922</b>	<b>122.651</b>	<b>(2.487)</b>	<b>13.887</b>	<b>80.129</b>

Descrição	Controladora				
	2024	Cap-tacção emissão	Juros	Variacão cambial	Paga-mentos
Capital de giro	38.425	133.303	737	(650)	63.551
Financiamentos	261	1.759	54	-	375
Debêntures	97.626	166	445	(98.237)	98.237
<b>Total</b>	<b>136.312</b>	<b>135.062</b>	<b>166</b>	<b>(650)</b>	<b>162.163</b>

Descrição	Controladora				
	2023	Cap-tacção emissão	Juros	Paga-mentos	2024
Capital de giro	22.862	27.619	-	9,643	38.425
Financiamento	448	-	-	44	(231)
Certificado de recebimento do agronegócio	50.542	-	(19)	5.399	(55.922)
Debêntures	-	100.000	(2.468)	94	97.626
<b>Total</b>	<b>73.852</b>	<b>127.619</b>	<b>(2.487)</b>	<b>15.180</b>	<b>80.129</b>

Gustavo Matiolli Vieira Janer - Co CEO e CFO - CPF: 055.179.567-00

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da OAK Holding S.A.

**17.3 Cronograma de pagamento:**

Vencimento	Controladora 2025	Consolidado 2025
2026	21.329	35.501
2027	32.704	48.188
2028	32.704	45.933
2029	32.704	34.615
<b>Total</b>	<b>119.441</b>	<b>164.237</b>

**18. Fornecedores:**

Fornecedores nacionais	Controladora 2025	Consolidado 2025
	300	1.437
	1.437	11.780
<b>Total</b>	<b>1.737</b>	<b>13.217</b>

Os valores apresentados a título de contas a pagar a fornecedores representa, substancialmente, os valores devidos pela Companhia a seus fornecedores de mercadorias e serviços no curso normal de suas operações. Adicionalmente, o grupo não se utiliza de financiamentos na modalidade de "risco sacado".

**19. Obrigações tributárias:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
PIS a recolher (a)	1	23
COFINS a recolher (a)	6	106
ISS	-	374
ICMS a recolher (a)	-	352
IRRF sobre folha a recolher (a)	92	73
PAT - I - PMSF (b)	-	1.525
Outros impostos e taxas	51	244
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>324</b>

**20. Obrigações trabalhistas e sociais:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Salários e ordenados a pagar	100	200
INSS a recolher (a) (b)	29	57
Provisão de férias	-	3.061
FGTS a recolher (a)	-	1.576
Outras obrigações trabalhistas	-	1.618
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>257</b>

(a) INSS: Imposto Nacional do Seguro Social; FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (b) O saldo apresentado contempla a constituição do montante de R\$ 4.747, reconhecido em contrapartida ao Patrimônio Líquido, decorrentes do evento descrito na Nota 1.2 item (a). **21. Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo provisionou R\$ 50 (R\$ 50 em 2024) relacionados a litígios civis demandados por clientes, os quais a administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera suficiente para cobrir os eventuais passivos provenientes destes litígios. O Grupo possui ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, no montante de R\$ 3.774 (R\$ 435 em 2024) com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Amortização	737	650
Juros	54	-
Paga-mentos	375	2.449
<b>Total</b>	<b>737</b>	<b>650</b>

**22. Adiantamento de clientes:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Adiantamento de clientes	9.903	1.730
<b>Total</b>	<b>9.903</b>	<b>1.730</b>

Os valores reconhecidos nesta rubrica decorrem de adiantamentos recebidos de clientes para a futura abertura de lojas ou pontos de venda da marca Oakberry.

**23. Receitas diferidas:** O valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviços serão prestados ao longo da vigência do referido acordo comercial, porém que em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ainda não haviam sido executados. De acordo com a política de reconhecimento de receitas do Grupo, a parcela da receita de taxa de franquia não reconhecida equivalente a 10% dos contratos, é diferida no período de 5 anos.

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Amortização	1.204	1.180
Juros	6	-
Paga-mentos	67,36	7,22
<b>Total</b>	<b>1.277</b>	<b>1.187</b>

**24. Participações societárias a pagar:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Provisão para aporte de capital	12.811	-
O pagamento da parcela remanescente do aporte na Southern Europe S.A. ocorreu em 2025. <b>25. Patrimônio líquido:</b> a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 148.204 (R\$ 103.204 em 2024), representado por 1.426.858 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (1.319.712 ações em 2024). Em 9 de junho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 50.000, mediante a emissão de 48.099 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 1.039,53 (mil e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos) por ação. f) Adiantamento para futuro aumento de capital: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu aportes no montante total de R\$ 53.353, a título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), registrados no patrimônio líquido. Adicionalmente, em 9 de junho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a integralização do capital social da Companhia no montante de R\$ 40.000, mediante utilização do saldo de AFAC. g) Reserva de capital: A Companhia possui reserva de capital no montante de R\$ 157.223 (R\$ 112.223 em 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R\$ 45.000 nessa rubrica, decorrente de aporte realizado pelo BT Pactual Investimentos. h) Reserva legal: A reserva legal é constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. No exercício, a Companhia utilizou a totalidade da reserva legal para compensação de prejuízos acumulados, em conformidade com o disposto no art. 193, §2º, da Lei nº 6.404/1976. i) Distribuição de lucros: Aos acionistas da Companhia não é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual, desta forma aplica-se um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, caso não haja definição diferente aprovada em assembleia de acionista. Em 2025, não houve constituição de dividendos. f) Outros resultados abrangentes: A Companhia possui um montante de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 4.755 negativo (R\$ 12.705 em 2024 negativo), resultantes de ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior. g) Resultado por ação:		

Descrição	Controladora 2025	Consolidado 2025
Prejuízo atribuído aos acionistas	(81.099)	(1.447)
Média ponderada do número de ações em ordinárias (em milhares)	1.204	1.180
<b>Resultado por ação em Reais</b>	<b>(67,36)</b>	<b>(12,22)</b>

Descrição	Controladora 2025	Consolidado 2025
Receta em moeda nacional	5.985	2.419
Taxa de franquia	9.672	8.918
Royalties	223.935	172.748
Venda de mercadoria	(6.004)	(7.285)
(-) Devoluções	(14.150)	(10.705)
(-) Impostos sobre vendas	40.680	24.843
Receta em moeda estrangeira	17.441	17.773
Taxa de franquia	163.436	56.102
Royalties	440.995	264.813
Venda de mercadoria	(132.095)	(83.609)
Despesa com pessoal	(15.755)	(6.470)
Outros custos	(6.023)	(1.612)
<b>Total</b>	<b>(153,873)</b>	<b>(91,691)</b>

**28. Despesas administrativas e gerais:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Despesas com pessoal (a)	(9.846)	(340)
Alimentação e transporte	-	(4.143)
Depreciação e amortização (Notas 14, 15 e 16)	(1.771)	(42.441)
Serviços de terceiros	(2.959)	(2.980)
Publicidade	(65)	(6)
Despesas com viagens	(2.142)	(946)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	-	(862)
Perda efetiva de clientes (b)	-	(17,87)
Manutenção e reparo	-	(2.037)
Despesa tributária	(6)	(174)
Outras receitas (despesas)	276	(68)
<b>Total</b>	<b>(16,513)</b>	<b>(41,66)</b>

Classificados como: Despesas administrativas e gerais (17.054) (5.252) (288.864) (153.182) Despesas tributárias (6) (10) (928) (1.570) Outras receitas e despesas 547 1.096 37 1.237 **(16,513) (41,66) (289,755) (153,515)**

Na rubrica de serviços de terceiros são reconhecidos pelo Grupo, os valores relacionados com prestadores de serviços e serviços terceirizados pontuais, gastos com estudos técnicos, assessoria jurídica, assessoria contábil, entre outros. Todos os prestadores com os quais a Companhia mantém relacionamento e os serviços contratados estão amparados, ou estiveram, por contratos entre as partes. (a) Contempla a reversão de valores de anos anteriores, no montante de R\$ 2.287, conforme descrito na Nota 1.2 item (a). (b) Durante o exercício findo em 31 de

dezembro de 2025, a Companhia realizou um processo de revisão e saneamento dos saldos de Contas a Receber, com a consequente baixa de determinados créditos que não atendiam aos critérios de recuperabilidade estabelecidos pela Administração, conforme detalhado nas Notas 1.2 item (a) e 8.

**29. Resultado financeiro:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Receitas financeiras	2.574	1.857
Rendimentos de aplicações financeiras	140	59
Juros ativos	12	15.664
Variacão cambial	2.726	11.580
Outras receitas financeiras	2.930	(551)
<b>Total</b>	<b>(18.990)</b>	<b>(7.854)</b>

**30. Imposto de renda e contribuição social a pagar:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Imposto de renda	304	303
Contribuição social	116	130
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>433</b>

**30.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Imposto de renda (a)	-	-
Contribuição social (a)	-	-
<b>Total ativos fiscais diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de renda	(4.281)	(4.280)
Contribuição social	(1.541)	(1.541)
<b>Total passivos fiscais diferidos</b>	<b>(5,822)</b>	<b>(5,821)</b>

**30.3. Conciliação da alíquota efetiva:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei 12.973/2014. Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante dos tributos apresentados no resultado do exercício:

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(81.099)	(1.447)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	27.574	492
Tributação de lucro de empresas no exterior	-	-
<b>Total</b>	<b>(53,525)</b>	<b>(955,955)</b>

Os tributos diferidos são reconhecidos quando há créditos e débitos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de tributos diferidos são classificados como não circulantes. (a) O saldo apresentado contempla a constituição do montante de R\$ 4.466, reconhecido em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota 1.2 item (a). **31. Seguros:** A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2025, em valores (não auditado a suficiência das coberturas calculadas pela seguradora), a Companhia tinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Categoria	2025	Fim da vigência
Seguro empresarial	60.000	02/06/2026

**32. Eventos subsequentes:** A Administração avaliou os eventos até a data de autorização para emissão e concluiu que não houve eventos que demandassem ajustes ou divulgações adicionais.

**33. Contador**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Despesas administrativas e gerais	1.204	1.180
Juros	6	-
Paga-mentos	67,36	7,22
<b>Total</b>	<b>1.277</b>	<b>1,187</b>

**34. Contador**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Despesas administrativas e gerais	1.204	1.180
Juros	6	-
Paga-mentos	67,36	7,22
<b>Total</b>	<b>1.277</b>	<b>1,187</b>

**35. Contador**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Despesas administrativas e gerais	1.204	1.180
Juros	6	-
Paga-mentos	67,36	7,22
<b>Total</b>	<b>1.277</b>	<b>1,187</b>

**36. Contador**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Despesas administrativas e gerais	1.204	1.180
Juros	6	-
Paga-mentos	67,36	7,22
<b>Total</b>	<b>1.277</b>	<b>1,187</b>

dezembro de 2025, a Companhia realizou um processo de revisão e saneamento dos saldos de Contas a Receber, com a consequente baixa de determinados créditos que não atendiam aos critérios de recuperabilidade estabelecidos pela Administração, conforme detalhado nas Notas 1.2 item (a) e 8.

**29. Resultado financeiro:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Receitas financeiras	2.574	1.857
Rendimentos de aplicações financeiras	140	59
Juros ativos	12	15.664
Variacão cambial	2.726	11.580
Outras receitas financeiras	2.930	(551)
<b>Total</b>	<b>(18.990)</b>	<b>(7.854)</b>

**30. Imposto de renda e contribuição social a pagar:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Imposto de renda	304	303
Contribuição social	116	130
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>433</b>

**30.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Imposto de renda (a)	-	-
Contribuição social (a)	-	-
<b>Total ativos fiscais diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de renda	(4.281)	(4.280)
Contribuição social	(1.541)	(1.541)
<b>Total passivos fiscais diferidos</b>	<b>(5,822)</b>	<b>(5,821)</b>

**30.3. Conciliação da alíquota efetiva:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei